

MERCADO E EDUCAÇÃO: CENÁRIO ATUAL DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Marco Antônio Dias¹
Edison Nunes²

Artigo recebido em setembro de 2016

RESUMO

Cooptado pela onda “utilitarista” de uma educação voltada para as necessidades exclusivas do mercado de trabalho, assiste-se um novo formato para os níveis superiores da educação no Brasil voltada para cursos de menor duração e de conhecimentos fragmentados. Muito embora existam escolas que buscam preservar o espírito acadêmico clássico, oferecendo conhecimento e conteúdo propedêutico³, é também de senso comum nos meios acadêmicos, de comunicação e até mesmo no universo leigo a percepção de que vivenciamos atualmente um processo muito diferente daquele proposto pela visão iluminista da modernidade. O trajeto que norteia esta mudança no perfil da educação superior brasileira, especialmente nos cursos voltados para imediata aplicação profissional (técnico-profissionalizante) seria resultado de uma inclinação de mercado, procurando atender interesses de um modelo proposto pelo capital ou seria a volta da vocação do Estado na oferta de cursos que constituam inclusão laboral-social⁴. A adequação do atual modelo educacional defende em seus próprios imperativos a inovação, o progresso e a prosperidade. Características estas encontradas vastamente no discurso da universalização do capital, acompanhado pelo pensamento utilitarista.

Palavras chave: Utilitarista. Educação. Ensino Superior.

ABSTRACT

Coopted by the 'utilitarian' fashion of an education system oriented to the unique needs of the market, what we have seen now is a new approach for college education in Brazil, marked by short-term courses and fragmented knowledge. Although there are institutions trying to preserve the classical academic spirit, offering at the same time knowledge and propedeutics, it is also a common sense among the academic community, communication courses, including the lay universe, the idea that at the moment we are living a process which differs a lot from the one proposed by the Illuminist view of Modernity. The path guiding this change in the profile of Brazilian higher education, especially in those courses oriented to the immediate professional use (professional and technical education), results from a market deviation, which aims at meeting the interests of a model proposed by the capital or maybe the return of State's vocation for offering courses for social-work inclusion. Fitting to the current educational model implies innovation, progress and prosperity, characteristics largely found in the discourse of universalisation of capital, together with the utilitarian thinking. Keywords: Adaptation. Generations. Human resources. Labor market.

Keywords: Utilitarian. Education. Higher education.

¹Professor Doutor da Faculdade de Tecnologia Zona Sul. E-mail: marco.dias01@fatec.sp.gov.br.

²Professor Doutor da PUC/SP. E-mail: edison.nunes@uol.com.br.

³Palavra de origem grega que se refere ao ensino que supre a necessidade básica de conhecimento em um assunto, mas não dá capacidades profissionais.

⁴Título de formação profissionalizante que diminuísse as privações sociais das camadas pobres ou não dirigentes, conduzindo-as a conquista de um posto na cadeia produtiva.

1 INTRODUÇÃO

O aumento da competição intercapitalista dentro do processo de globalização obrigou as empresas a buscar soluções para obter ganhos de produtividade via racionalização dos processos produtivos, os quais podem ser notados pelo uso da tecnologia cibernética, implicando uma exponencial capacidade produtiva da força de trabalho.

No entanto, é também exigido deste trabalhador aprimoramento da sua capacidade de diagnóstico, da solução de problemas e da capacidade de tomar decisões, além é claro de intervir no processo. Este conjunto de fatores traz à agenda de discussões o papel da educação, observando um trabalhador polivalente que em tese deve ser muito mais "generalista" do que especialista. Para desenvolver as novas funções, há exigências de competências de longo prazo que somente podem ser construídas sobre uma ampla base de educação geral, que é diferente da educação formal.

Com a competição intercapitalista aflorada em sua plenitude, o processo de globalização conduziu empresas a buscar estratégias para obter ganhos de produtividade através da racionalização dos processos produtivos que podem ser notados pela evolução da flexibilidade dos processos de trabalho e de produção, implicando uma generalizada potenciação da capacidade produtiva da força de trabalho. Segundo observa Ianni (1994), o processo de "acumulação flexível" produz o fenômeno paradoxal de ampliação do trabalho precarizado e informal e da emergência de um trabalho revalorizado, no qual um trabalhador com diversas qualificações, deve exercer de forma polivalente funções muito mais abstratas e intelectuais, implicando cada vez menos trabalho manual e cada vez mais a manipulação simbólica.

É necessário e importante lembrar que a educação tecnicista é fruto histórico da expansão industrial do século XX, colocando os objetivos educacionais a partir dos objetivos da produção, neste caso, nada mais lógico que aplicar o modelo taylorista e fordista na cadeia de ensino. E assim sendo, a estrutura curricular passou a estabelecer nexos práticos com as exigências fabris e atestar eficiência educacional á aqueles que apresentarem as habilidades esperadas pelas funções disponíveis no chão de fábrica.

Segundo Deluiz (1995), de fato, algumas das modificações do processo de produção e da organização do trabalho não teriam sido possíveis nos países desenvolvidos sem os efeitos produzidos pelos grandes sistemas de educação de massa. E neste particular, vêm sendo repensados desde os anos 80 em países como a Inglaterra, França e Alemanha, que por acaso

têm questionado seus sistemas de educação formal por serem inoportuno e inadequados ou ainda por estarem desvinculados dos grandes processos de mudanças socioeconômicas.

Conforme o mesmo autor ,a educação técnico-profissional não se tem colocado à margem dessa discussão e hoje começa a refletir sobre a necessidade de estar articulada à educação geral, para evitar a dualidade histórica já mencionada em capítulos anteriores entre educação propedêutica e a educação profissional-instrumental, dando respostas à dupla dimensão dos objetivos educacionais que deve preparar o profissional competente e o cidadão socialmente responsável, o sujeito-político comprometido com o bem-estar coletivo.

Ainda seguindo o raciocínio, novas tendências surgem em relação ao trabalho por tornar-se mais abstrato, mais intelectualizado, mais autônomo, coletivo e complexo. Cada vez mais as funções diretas estão sendo incorporadas pelos sistemas técnicos, e o simbólico se interpõe entre o objeto e o trabalhador. O próprio objeto do trabalho torna-se imaterial e cresce a intangibilidade dos fatores como informações, "signos," linguagens simbólicas. Portanto não se trata mais de uma qualificação formal, qualificação prescrita, qualificação do trabalhador para desenvolver tarefas relacionadas a um posto de trabalho, definida pela empresa para estabelecimento das grades salariais, ou pelos sistemas de formação para certificação ou diplomação, onde as tarefas estavam descritas, codificadas e podiam ser visualizadas, mas da qualificação real do trabalhador, compreendida como um conjunto de competências e habilidades, saberes e conhecimentos, que provêm de várias instâncias, tais como, da formação geral (conhecimento científico), da formação profissional (conhecimento técnico) e da experiência de trabalho e social (qualificações tácitas).

Para desenvolver as novas funções, há exigências de competências de longo prazo que somente podem ser construídas sobre uma ampla base de educação geral. Deste modo, a educação não funcionará como processo mecânico de desenvolvimento de potencialidades e sim como um processo de construção, uma prática a qual os homens estão se construindo ao longo do tempo. O atual cenário da realidade social e educacional do Brasil mostra bem o quanto a existência histórica dos brasileiros está longe de atingir um patamar mínimo de qualidade. Mostra como é grande o desafio para os gestores da educação no Brasil diante da necessidade de uma avaliação mais crítica da situação real da nossa sociedade e uma maior vigilância frente o perigo vindo do canto das sereias do neoliberalismo (VILLAR,2013).

No entanto, se de um lado a educação pode contribuir para amenizar, legitimando contradições e os conflitos reais que tem lugar no agir social, do outro, pode revelar e colocar

luz sobre a consciência dessas contradições, contribuindo para sua superação no plano da realidade objetiva. De acordo com Anderson (1992), os gestores classificam a nova causa do desemprego como decorrente do descompasso entre as inovações tecnológicas "requeridas pela globalização" e a qualificação do trabalhador, tida como inadequada para o "capitalismo intelectual". Diante disto, a alternativa possível é melhorar a empregabilidade através da qualificação e desenvolvimento de competências reforçando a ideologia da globalização, que ofusca o real problema da crise estrutural do modo da produção capitalista e de seu desenvolvimento desigual, desviando o foco educacional para um olhar sobre o capital humano.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Aborda-se a seguir o conceito de utilitarismo e seu processo ontológico na educação profissional do Brasil, bem como o conceito da globalização inserido no espectro do "mercado" da educação.

2.1 Utilitarismo na educação profissional no Brasil

Para melhor entendimento, é necessário recuperar o conceito Utilitarismo, apesar de ser automaticamente associado ao nome de Jeremy Bentham. Muitos afirmam que ele foi o principal organizador e compilador, desse pensamento mais do que seu fundador, já que a rigor não se pode falar num singular, o mais correto seria empregar o conceito no plural. O que de fato todas estas manifestações compartilham é fundar seu raciocínio na relação custo/benefício, como forma de conferir uma racionalidade às relações sociais.

Esta relação foi além dos limites, ou fronteiras do mundo dos negócios e passou a ser aplicada aos problemas da sociedade, bem como às questões morais. Segundo princípio utilitarista, as ações são avaliadas pelo resultado efetivamente alcançado e não pela intenção que orienta a ação. Para Jeremy Bentham o resultado que deve ser perseguido é o maior bem estar e a maior felicidade do maior número possível de indivíduos, abrindo mão da qualificação em detrimento da quantificação, uma expressão de ação democrática. Feito este alinhamento conceitual, agora o texto vai dedicar os próximos parágrafos na exposição de motivos que nortearam o modelo educacional brasileiro (VILLAR,2013).

É possível identificar uma importante relação entre o Utilitarismo e o Método de Ensino Mútuo, Monitorial ou também conhecido como Método Lancaster⁵ utilizado no Brasil do séc. XIX. A sua corrente filosófica e o referido método teriam surgido impelidos pela necessidade de enfrentar uma nova realidade apresentada pelo crescimento urbano e a concentração demográfica. Nestas duas abordagens seguia-se um racio econômico para propor ações que permitissem às elites a manutenção do controle desta nova realidade. Muitos estudiosos afirmam que o pensamento de Jeremy Bentham fundamentou a criação e formulação do Método Lancaster, que também e não por acaso, propôs a criação de Escolas Chrestomáthicas⁶.

O Utilitarismo que fundamentou a definição de ações educacionais para população carente teria sido influenciado pela relação custo/benefício aplicada às mercadorias, sendo mais um sintoma da reificação do trabalhador e da redução da força de trabalho a uma mercadoria. Assim, a abordagem da Educação Profissional teria passado de uma tendência liberal redentora de caráter profilático para um Liberalismo tecnicista de caráter utilitarista. Entre o encontrar um lugar para os pobres no sistema produtivo, até a manutenção dos pobres no seu lugar.

A questão como é trabalhada a singularidade da educação profissional teria levado a separação dos ensinamentos propedêutico e profissional apoiada numa suposta natureza humana capaz de justificar este tratamento. A dualidade pedagógica foi construída historicamente como a manifestação de uma abordagem essencialista, ou inatista aplicada à educação. Isto é, propõe separar as pessoas segundo suas aptidões e conhecimentos, distribuindo desigualmente entre os setores sociais as oportunidades de vida.

Segundo autores do porte de Boaventura de Sousa Santos, José Luiz Fiori, François Chesnais, Eric Hobsbawm e István Mészáros, o processo conhecido hoje como globalização nada mais é do que o pensamento utilitarista elevado a um grau exponencial de aplicabilidade na sociedade contemporânea e muitos entusiastas da globalização admitem que algumas das modificações do processo de produção e da organização do trabalho não teriam sido possíveis, nos países desenvolvidos, sem os efeitos produzidos pelos grandes sistemas de educação de massa formal. Por outro lado, estes vêm sendo repensados desde os anos 80, em países como a

⁵O método Lancaster, também conhecido como Ensino Mútuo ou Monitorial, teve como objetivo ensinar um maior número de alunos, usando pouco recurso, em pouco tempo e com qualidade. Foi criado pelo inglês Joseph Lancaster, influenciado pelo trabalho do pastor anglicano Andrew Bell. Contudo, Lancaster amparou seu método no ensino oral da repetição e memorização, pois acreditava que esta dinâmica inibia a preguiça, a ociosidade, e aumentava o desejo pela quietude. Nesta metodologia não se esperava que os alunos tivessem “originalidade ou elucubração intelectual” na atividade pedagógica, mas disciplinarização mental e física.

⁶Estas instituições se caracterizariam pelo ensino de conteúdos de reconhecida utilidade para a sociedade e para as atividades econômicas. Assim, tinha como objetivo o estímulo e a preparação de cidadãos que através de sua suposta engenhosidade pudessem colaborar com o crescimento econômico de suas comunidades.

Inglaterra e a França que têm questionado seus sistemas de educação por serem inadequados ou estarem desvinculados dos grandes processos de mudanças socioeconômicas, assim como na Alemanha, que tem se indagado sobre a pertinência da sua formação profissional, tendo em vista o acelerado ritmo das mudanças na sociedade como um todo.

Buscando responder estas e outras questões, o presente trabalho trará uma ampla abordagem dos possíveis impactos do comportamento de mercado (utilitarista) do sistema educacional superior no Brasil e o papel do Estado Novo do governo Getúlio Vargas no modelo educacional contemporâneo. Os próximos subcapítulos recuperarão dados históricos e mais alguns conceitos filosóficos da educação por pesquisadores prestigiados, além de números recentes a respeito da educação superior no país fornecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

2.2 Globalização e o ensino superior profissional

Neste ponto, o texto recorre a promoção de uma corrente do pensamento neoliberal a respeito da globalização, dentre eles o sociólogo e especialista em história do pensamento liberal americano, o francês Christian Laval, e o professor de economia política internacional e cientista político, José Luis Fiori.

Inicialmente toma-se o conceito de Fiori (1999), segundo o qual a globalização segue o modelo que a torna essencialmente desigual nas relações sociais, e mais, a expansão capitalista necessita de outras unidades ricas e poderosas para realimentar as desigualdades. No pensamento capitalista e na ideologia neoliberal existe um desejo incontrolável de inserir a educação na lógica de mercado, padronizando-a por entre os países e somente enxergando-a como um bem econômico.

Neste ponto de reflexão, surge outro autor que captura muito lucidamente em sua lente literária o objeto de desejo neoliberalizante capitalista, o francês Laval (2004), cuja obra tem em seu título “A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público”, uma construção do pensamento neoliberal que induz transformações na educação e na escola em um sentido geral, onde analisa a incorporação da ideologia neoliberal às suas dinâmicas e ao discurso sobre a sua reforma.

De acordo com o autor, o capitalismo passa por uma mutação desde os anos 1980, com a mundialização das trocas, privatização das empresas públicas, diminuição da proteção aos

assalariados, desengajamento do Estado, entre outras transformações. O neoliberalismo quer adaptar o sistema de educação a esse novo contexto da organização do trabalho mais "flexível", quer enfraquecer "tudo o que faz contrapeso ao poder do capital" (LAVAL,2004). Dessa forma, a escola neoliberal passa a transformar a educação de um dever do Estado em um dever da família, ou seja, da esfera pública e coletiva para a esfera privada e individual. Nesse novo modelo escolar e educativo, a escola está sujeita à razão econômica.

A então conhecida escola republicana voltada à formação do cidadão(propedêutica) e que destacava o saber não somente pelo seu valor profissional, mas por seu valor social, cultural e político, foi sendo substituída por uma escola voltada à formação de "capital humano", ou seja, de conhecimentos apreendidos pelos indivíduos desde que sejam valorizáveis economicamente. Uma escola que cada vez mais se insere na ordem competitiva de uma economia globalizada.

A globalização das economias tornou a educação de um país um "fator de atratividade" dos capitais, como, por exemplo, é a sua estabilidade política. Dessa forma, as reformas liberais pressionam os países a adotarem na escola a padronização dos métodos e dos conteúdos. A escola está sendo levada a se adaptar à economia capitalista e à sociedade liberal, contextualiza Laval (2004).

O sociólogo francês sustenta empiricamente que a reforma das escolas de muitos países está ligada ao discurso de uma nova ordem educativa mundial. Para tanto apoia-se a relatórios e documentos de organizações internacionais, como a OMC, a OCDE, o Banco Mundial e a Comissão Europeia dão corpo e substância a isto.

A partir desta contextualização poderíamos afirmar que estamos vivendo um momento de plena revolução tecnológica, capaz de lidar com a produção e transmissão de informações em extraordinária velocidade, num processo de globalização não só da cultura, mas também da economia e da política. Modelando um tempo marcado pela priorização da iniciativa privada e pelo reducionismo do papel do Estado nos negócios humanos, regidos pela exacerbação das leis do mercado, resultante da ruptura de todas as fronteiras.

Corroborando também com isto o autor e estudioso do tema, Leher (1998), citando a globalização como motivo que orienta a reforma do sistema educacional brasileiro e mais especificamente do ensino profissionalizante. A adequação da educação aos seus imperativos é defendida em nome do futuro, do progresso e da prosperidade. Muito embora, continua Leher (1998), o atrelamento da educação à lógica empresarial tenha muitos críticos, a noção mesma

da globalização, que, afinal, é o leitmotiv⁷ das reformas, frequentemente tem sido aceita como um dado da realidade.

3 MÉTODO

Este artigo teve como objetivo estimular o debate acerca da onda “utilitarista” de uma educação voltada para as necessidades exclusivas do mercado de trabalho. A principal linha de discussão deste artigo buscava estabelecer um argumento plausível para este comportamento selecionando dois caminhos: um com inclinação de mercado procurando atender interesses propostos pelo capital, e outro, que promove a vocação do Estado na oferta de cursos que constituam inclusão laboral-social. Considerou-se a intensificação da presença do capital estrangeiro na aquisição e consolidação do setor privado da educação no Brasil, fator este que constitui um fator crítico nesta discussão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicia-se a discussão explicando a reforma da educação no Brasil.

4.1 A grande reforma da educação no Brasil

A atuação de Anísio Teixeira no debate acerca do problema da educação marcou a vida pública brasileira durante décadas no século passado e o colocou como responsável pela reforma brasileira na educação entre 1931 e 1935. Sua atuação sempre foi bastante polêmica e motivou discordâncias sobre o papel da educação. Contudo, ele esteve presente na defesa da expansão do ensino público como garantia do processo de modernização e democratização da sociedade brasileira.

Nesta argumentação a tese de Anísio Teixeira se alinha com a de San Tiago Dantas: a defesa da ampliação do ensino público. Apesar de ambos partirem de matrizes teóricas distintas nessa questão - Anísio com o pensamento escola-novista de John Dewey⁸ e Dantas com o

⁷ Do alemão, motivo condutor ou motivo de ligação, é termo composto, expressão idiomática naquele originário vernáculo, para significar genericamente qualquer causa lógica conexiva entre dois ou mais entes quaisquer.

⁸ John Dewey nasceu em 1859 nos Estados Unidos e iniciou sua vida profissional como professor de Filosofia na Universidade de Michigan. Com a teoria Escola Nova, o autor contrapôs ao sistema tradicional de educação,

realismo político de Morgenthau⁹ - suas ideias convergiam, a ponto de trocarem opiniões e conselhos acerca dos caminhos que a educação percorria no Congresso.

Muito embora Dantas defendesse uma educação nacional-desenvolvimentista, ele considerava a educação um elemento chave capaz de impulsionar o Brasil rumo à modernidade. Entendia também que a educação era pedra angular para o estabelecimento do interesse nacional, conceito básico para a construção de uma política democrática eficiente para o país e que o guiasse no cenário internacional, observa Sepúlveda (2013).

Com efeito, continua descrevendo o mesmo autor, isso não o tornaria um revolucionário mas um homem de seu tempo, filiado a uma matriz liberal de sociedade que acreditava que o desenvolvimento era objeto inevitável que se impunha a todos os países que buscavam sobreviver em um mundo capitalista.

Segundo o autor Dávila (2006), as primeiras reformas davam conta da ênfase à educação higiênica, à formação física e moral das crianças, utilizando-se do referencial teórico-metodológico da psicologia moderna em emergência nos círculos intelectuais e acadêmicos brasileiros. O caso mais exemplar foi o da criação em 1933, no Rio de Janeiro, do Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE), instituição arquitetada por Anísio Teixeira, quando diretor do Departamento de Educação. Ainda segundo o autor, Teixeira arquitetou uma reforma do sistema de ensino adotando princípios e técnicas importadas da universidade de Colúmbia nos Estados Unidos, alegando que os grandes obstáculos da modernização da educação pública eram os pais e o currículo existente. Para isso criou um sistema de ensino racionalizado, eminentemente Taylorista¹⁰, dividido em quatro departamentos: curricular, matrícula/frequência, promoção e classificação de alunos e prédios e aparelhamentos escolares.

4.2 A gênese da educação profissional no Brasil

Em 1809 com a promulgação de um Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, criava-se o Colégio das Fábricas; em 1816 a Escola de Belas Artes para articular o ensino das

propondo o modelo de ensino-aprendizagem focado no aluno como sujeito da mesma. A teoria prevê ainda, que a aprendizagem deve partir da problematização dos conhecimentos prévios do aluno. Importante ativista e defensor da democracia, também participou de movimentos em defesa das causas sociais.

⁹ Hans Joachim Morgenthau nasceu na Alemanha em 1904 e propôs investigar as relações entre as nações e as forças que envolvem esse relacionamento. Além disso, ele buscava delinear como seria a política externa norte-americana no período pós-guerra, consolidando a visão realista de Relações Internacionais.

¹⁰ É uma concepção de produção, baseada em um método científico de organização do trabalho, desenvolvida pelo engenheiro americano Frederick W. Taylor (1856-1915). Em 1911, Taylor publicou “Os princípios da administração”, obra na qual expôs seu método.

ciências e do desenho para os ofícios a serem realizados nas oficinas mecânicas; em 1861 o Instituto Comercial no Rio de Janeiro com a finalidade de ter pessoal capacitado para o preenchimento de cargos públicos nas secretarias de Estado. (MOURA,2007)

Até 1940 já haviam dez Casas de Educandos e Artífices em capitais brasileiras, sendo a primeira fundada em Belém do Pará em 1854. Eram estabelecimentos especiais para menores abandonados chamados de “Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos” com o objetivo de ensinar as primeiras letras e encaminhar egressos para oficinas públicas e particulares, através do Juizado de Órfãos.

Segundo pesquisadores, estudiosos entre tantos autores no país, o início do Século XX foi palco para mudanças na educação, aqui representado por alguns fatos nos primeiros parágrafos e especialmente para a história da educação profissional do país, com latente esforço público na organização da formação profissional, modificando a preocupação nitidamente assistencialista de atendimento a menores abandonados e órfãos, para a da preparação de operários para o exercício profissional.

Um dos exemplos disto ocorreu em 1906, com a escola profissional sendo transferida para a tutela do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, na tentativa de consolidar a política de incentivo para preparação de ofícios dentro destes três ramos da economia(Agricultura ,Industria e Comércio).Precisamente em 23 de setembro de 1909, Nilo Peçanha, aproveitando as ideias defendidas por Afonso Pena, criou as Escolas de Aprendizes Artífices(Liceus) e instalou dezenove delas já em 1910 nos estados, cujo papel original era atender “aos pobres e humildes”.

O ensino agrícola evidenciou um grande passo ao redirecionamento da educação profissionalizante no país, ampliando o seu horizonte de atuação para atender necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria. Conforme Moura (2007), em 1930 a educação básica brasileira já estava estruturada de uma forma completamente dual, na qual a diferenciação entre os percursos educativos dos filhos das elites e dos filhos da classe trabalhadora ocorria desde o curso primário por caminhos diversos.

Segundo Kuenzer (1997), esta diversidade era observada no curso primário com duração de quatro (4) anos, para aqueles cujo percurso tinha como fim a educação superior. Alternativamente, existiam os cursos rural ou profissional destinado às crianças das classes populares. O curso primário neste caso, poderia suceder o ginásial com duração de seis anos, o normal, antecedido de dois anos de adaptação ou o curso técnico comercial, também antecedido

de três anos de curso propedêutico. Já para os concluintes do curso rural, sucedia obrigatoriamente o curso básico agrícola, enquanto o curso complementar era oferecido aos egressos do curso profissional, ambos com 2 anos de duração.

Ainda de acordo com o autor em questão, o curso normal, técnico comercial, básico agrícola e o complementar tinham nitidamente caráter conclusivo e eram modelados para as necessidades pontuais dos setores produtivos. Com isso, os concluintes desses cursos não podiam complementar os estudos em nível superior, acessível apenas aos egressos da quinta série do ensino ginásial, modelo propedêutico. Por outro lado, os concluintes da sexta série do ginásial recebiam o título de bacharel em Ciências e Letras. Não havia nesse período o que hoje se denomina ensino médio, de modo que a mediação entre o ginásial e o ensino superior era feita por meio de estudos livres e exames.

Não se pode esquecer neste período o papel do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, datado de 1932¹¹, cujo movimento prometia assumir a perspectiva de uma escola democrática que pudesse proporcionar oportunidades para todos, tanto no que dizia a respeito a uma cultura geral, como na possibilidade de especializações. Segundo Moura (2007), a proposta organizava a educação em duas grandes categorias: atividades de humanidades e ciências (de natureza mais intelectual) e cursos de caráter técnico (de natureza mecânica e manual). Desta forma, nota-se claramente a distinção entre aqueles que pensam e aqueles que executam as atividades.

O que se observava era que as escolas pobres serviam os pobres e destinavam-se a preparar os filhos dos operários ou de seus associados para os ofícios, cujos cursos deveriam ser desenvolvidos com a colaboração dos sindicatos e das indústrias. Tudo acelerado também pela demanda do processo de industrialização que vinha sendo desencadeado a partir de 1930 e exigia um contingente de profissionais mais especializados para a indústria, o comércio e a prestação de serviços.

Moura (2007) faz uma interessante correlação da nova burguesia industrial em substituição às oligarquias cafeeiras, profundamente afetadas pela crise da agricultura do café

¹¹ O Manifesto que reivindicava a direção do movimento de renovação educacional brasileiro, como se indicia em seu próprio título, vinha a público no âmbito das disputas pela condução das políticas do recém-criado Ministério da Educação e Saúde no Brasil (1930). Seus signatários foram Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, A. de Sampaio Dória, Anísio Spínola Teixeira, M. Bergström Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessôa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Atílio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meireles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme e Raul Gomes.

dos anos 20 e do crash da bolsa de Nova Iorque, em 1929. Segundo sua narrativa, esse processo de industrialização e modernização das relações de produção da sociedade brasileira exigiu um posicionamento mais efetivo das camadas dirigentes com relação à educação nacional, e como resposta a essas demandas foram promulgados diversos Decretos–Lei para normatizar a estruturação da educação.

Estes Decretos–Lei evidenciavam a notoriedade que passou a ter a educação dentro do país e, em especial, a educação profissional, pois foram definidas leis específicas para a formação profissional em cada ramo da economia e para a formação de professores em nível médio, afirma Kuenzer (1997). Contudo, repete a conotação da dualidade, pois o acesso ao ensino superior, por processo seletivo, continuava ocorrendo em função do domínio dos conteúdos gerais, das letras, das ciências e das humanidades, assumidos como únicos conhecimentos válidos para a formação da classe dirigente .

A Reforma Capanema (Gustavo Capanema, então ministro da educação do governo Dutra) estruturou em dois níveis a educação básica e a superior. A básica dividiu-se em duas etapas. O curso primário com duração de 5 anos, e o secundário subdividido em ginásial com duração de 4 anos, e, o colegial com 3 anos.

Ainda de acordo com Kuenzer (1997), a vertente profissionalizante, parte final do ensino secundário, era constituída pelos cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agro técnico. Todos com o mesmo nível e duração do colegial, entretanto não habilitariam para o ingresso no ensino superior. Apesar dessa diferenciação, é nesse contexto que surgiu pela primeira vez uma possibilidade de aproximação entre o ramo secundário propedêutico (o colegial, com suas variantes científico e clássico) e os cursos profissionalizantes de nível médio, por meio de exames de adaptação.

4.3 Ensino superior no Brasil hoje

Para explicar o atual movimento que tomou o ensino superior no Brasil, seria prudente recuperar Laval (2004) que acredita na ideologia neoliberal como objeto transformador da escola em empresa. Um processo que, embora iniciado, não está terminado e nem é inevitável. Na nova ordem educativa que se delineia, o sistema educativo está a serviço da competitividade econômica, está estruturado como um mercado, deve ser gerido ao modo das empresas.

Neste momento é necessário chamar a atenção de que, na condição de autor deste trabalho, a escolha desta obra de Laval (2004) não propõe uma alternativa ao neoliberalismo na escola, entretanto, ela defende que a educação deve ser um direito para todos e voltar a ser entendida como um bem público e comum.

Voltando ao tema do parágrafo anterior, é impressionante a grande participação da iniciativa privada na expansão da educação superior no Brasil. A primeira grande mudança estrutural que impulsionou isto ocorreu em 1968, quando da edição da lei 5.540 que implantou um novo sistema de ensino superior. De 1968 até 1970, a reforma conseguiu dobrar o número de instituições de ensino, no entanto, afrouxou o controle sobre a expansão pública permitindo a autorização para instalação de instituições de ensino superior privadas, embora tenha mantido o dualismo do sistema de ensino mencionados no capítulo 2.1.

Em dezembro de 1996, o congresso nacional através do art. 52 da LDB, incisa da Lei 9.394, reservou como exclusiva as Universidades toda obrigação da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Logo isto influenciou a diminuição do número de Universidades, pois além das Universidades precisarem se dedicar as atividades de ensino, pesquisa e extensão para se obter (e manter) o título de Universidade, era necessário que 33% de professores estivessem em regime de tempo integral e com titulação de Mestrado ou Doutorado, já as Universidades que não se adequassem a essas medidas, foram organizadas como Centros Universitários.

Finalmente, como uma de suas principais iniciativas, a LBD de 1996 determinou que a União encaminhasse ao Congresso Nacional, o Plano Nacional da Educação (PNE), com diretrizes e metas para os dez anos seguintes em consonância com a Declaração Mundial sobre Educação para todos.

Estes movimentos foram muito importantes para o desenvolvimento e expansão do ensino superior privado, cuja abertura propiciou a criação de instituições de ensino superior com fins lucrativos, trazendo empreendedores para o setor na busca de retornos financeiros satisfatórios.

Atualmente a realidade brasileira no ensino superior tem sido marcada pelo crescimento acelerado do número de cursos, instituições e alunos, motivada inclusive pela expansão do setor privado e pela fragmentação de carreiras, interiorização de instituições e avanços da educação à distância (ver Figura 1).

Não diferente de outros setores especulados pelo capital, é também perceptível uma acelerada mercantilização do ensino decorrentes da presença do neoliberalismo nas políticas educacionais em todo o mundo e no Brasil não é diferente, caracterizando-se pelo dinâmico processo de fusões e aquisições entre as instituições de ensino superior (IES) privadas e pela inserção de capital estrangeiro no setor. Esta inédita estrutura de gestão, resultante desse processo, conduziu novos atores no disputado campo da educação, área esta que deixou de ser considerada como bem comum para ser vista como serviço.

Tal fato contribuiu para que a educação superior fosse elevada a um grau de negócio altamente rentável, intensificando o interesse por seu controle e aprofundando a disputa e as contradições entre Estado e a iniciativa privada. As negociações no setor nestes últimos cinco anos, contribuíram para a liderança de grupos como Anhanguera Educacional, Kroton Educacional, Estácio Participações, dentre outros. Atualmente estas três redes de ensino têm uma carteira de mais de um milhão de alunos, o que representa 24,2% das matrículas no setor privado, e, segundo dados do Instituto Hoper Educação¹², 34% (aproximadamente 1,7 milhão) dos alunos do setor privado frequentam um dos campi dos 12 maiores grupos educacionais.

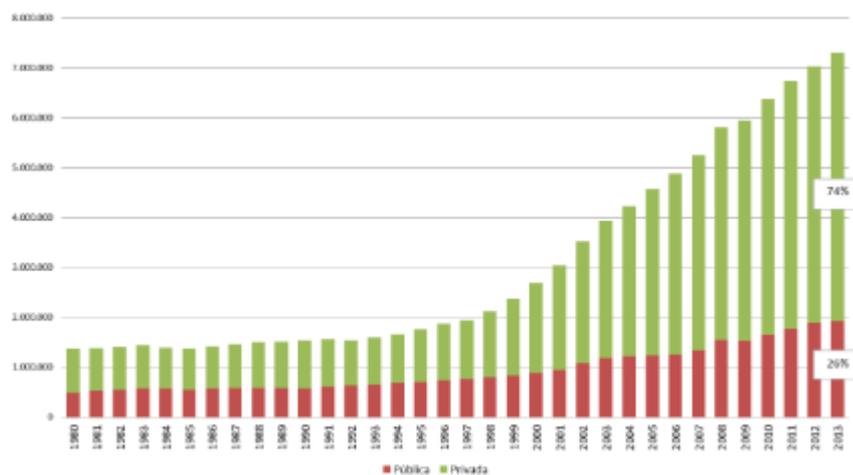


Figura 1 - Evolução dos números de matrículas em estabelecimentos públicos e privados no ensino superior brasileiro (1980 – 2013)

Fonte: MEC/Inep (2014). (*) incluindo Ensino a Distância-EAD

Fruto da abertura de capital na bolsa de valores, este movimento de capital abriu as portas para inserção estrangeira e resultou na formação de oligopólios, que é caracterizada pela concentração de alunos e instituições nas mãos dos principais grupos educacionais no país. O

¹² Consultoria especializada no setor de educação.

primeiro grupo de educação superior a inaugurar o processo de abertura de capital na bolsa de valores foi o Anhanguera Educacional, em 2007, e hoje é considerada o segundo maior grupo de ensino superior do mundo com mais de 400 mil alunos no país, ficando atrás apenas do grupo americano Apollo Group, proprietário da Universidade de Phoenix nos Estados Unidos.

No mesmo ano de 2007, mais três instituições passaram a negociar no mercado de capitais: Estácio Participações, Sistema Educacional Brasileiro (SEB) e Kroton Educacional, sendo a última empresa a entrar no mercado a Abril Educação em 2011.

A chegada dessas empresas no mercado de capitais atraiu um considerável aporte de recursos, o que lhes propiciou condição absolutamente privilegiada e supremacia no setor, constituindo-se verdadeiros conglomerados. Diante da dimensão e diversificação do sistema de educação superior no Brasil, o Ministério da Educação (MEC) encontrou dificuldades para implantar processos de avaliação e acreditação substanciais que consigam efetivar todo o processo em um sistema com 2.416 instituições, sendo 304 públicas e 2112 privadas, e mais de 29 mil cursos de graduação presencial e a distância (INEP, 2013).

Grandes investimentos internacionais no setor educacional se aceleraram e as negociações são amparadas pela legislação hoje em vigor, que não impõe limites à participação estrangeira nas mantenedoras ou grupos educacionais. O primeiro Projeto de Lei, nº 2.183, que visava à regulação desse processo, foi proposto em 2003. O Projeto proíbe a entrada de capital estrangeiro nas instituições educacionais brasileiras (BRASIL, 2003). O Poder Executivo, na pessoa do Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, propôs o Projeto – 7.200/2006, o então Deputado Federal paranaense, Wilson Picler do PDT, propôs o Projeto 6.358/2009 e a Deputada Federal baiana, Alice Portugal do PC do B, propôs o Projeto 7.040/2010, muito embora o governo ainda não tenha se posicionado a respeito do tema. Com o silêncio do governo brasileiro, a tendência é que os investimentos estrangeiros continuem chegando.

Ainda de acordo com o instituto Hoper Educação, desde março de 2007 mais de 182 instituições participaram de transações de fusão e aquisição institucional em um setor que segundo especialistas do mercado movimentam de R\$ 30 bilhões por ano. Isto posto, fica evidente que iniciativas como a abertura de capital na bolsa de valores ou parcerias com redes internacionais de educação só se tornaram possíveis porque há pouco mais de 10 anos as mantenedoras das instituições privadas optaram pela forma comercial e se instituíram como mantenedoras de instituições privadas com finalidade do lucro, o que não é pecado, desde que sua busca não transcenda a missão de educar. Para alguns mantenedores de instituições

privadas, esta decisão de se associar ou abrir capital na bolsa de valores não se esgota na oportunidade de multiplicar o lucro mediante aportes de investimentos externos, mas também na busca de uma gestão moderna com “cara” de negócio, conclui os dados do instituto Hoper Educação.

O Brasil conta hoje com 2.112 instituições privadas, das quais aproximadamente 845 estão divididas em 36 grupos educacionais, cuja estratégia levou a abrirem capital na bolsa de valores. Muito embora possa ser um número pouco expressivo no universo das instituições privadas no País, esses grupos têm um peso considerável no sistema em termos de número de matrículas de ensino superior.

Contudo, este movimento deixa alguns estragos importantes como aponta o Sindicato Nacional dos Docentes, onde revela que a aquisição de uma instituição por estes grupos de investimento leva inexoravelmente a diminuição de despesas com pessoal, e cita como exemplo o ano de 2011 em que a Anhanguera Educacional demitiu cerca de 600 professores paulistas que trabalhavam nas faculdades compradas recentemente pela rede, dentre estes demitidos haviam em grande número mestres e doutores, para posteriormente, contratar especialistas que recebem muito menos por hora/aula (COSTA, 2012). A concentração de alunos e instituições mudou as relações de trabalho dos professores que passaram a ter que lidar constantemente com a substituição dos professores em regime integral por regime parcial ou por hora/aula, fusão de turmas e salas superlotadas (fatores que comprometem a qualidade da educação) e comprometimento da autonomia universitária, da aprendizagem discente com a subversão do diálogo acadêmico pela relação prestador de serviço e cliente, este último uma versão moderna do aluno contemporâneo.

4.4 Indicadores da Educação no Brasil

A lógica da relação ensino privado com o mercado estabelece em um primeiro plano, à capacidade do setor de suprir, mobilizando recursos privados, a demanda de massa por ensino superior. As direções seguidas pelo setor privado de ensino superior consistem, em primeiro lugar, na ampliação da oferta de cursos da área das ciências sociais aplicadas, sobretudo Direito e Administração (Figura 2), e em suprir uma demanda de formação de profissões liberais de prestígio nas áreas de ciências exatas e tecnológicas, como as de engenharia, e na área da saúde, em especial com cursos de Medicina e Odontologia (COSTA, 2012).

Curso	Feminino	Curso	Masculino
Pedagogia	568.030	Direito	355.020
Administração	445.226	Administração	354.888
Direito	414.869	Engenharia civil	183.297
Enfermagem	194.166	Ciências contábeis	136.733
Ciências contábeis	191.298	Ciência da computação	106.266
Serviço social	157.919	Engenharia de produção	97.658
Psicologia	146.347	Engenharia mecânica	91.802
Gestão de pessoal / RH	138.243	Engenharia elétrica	74.840
Fisioterapia	88.007	Formação de professor de educação física	71.215
Arquitetura e urbanismo	79.293	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	66.383

Figura 2 – 10 Maiores cursos de Graduação em número de matrículas, por Gênero – Brasil 2013
Fonte: MEC/Inep (2014)

Outra curiosidade da evolução recente do mercado da educação foi o aumento contínuo da educação a distância ancorada em ambientes interativos, cujo número de cursos de graduação a distância cresceu significativamente nos últimos anos, pulando de 40.714 matriculados em 2002 para incríveis 930.179 em 2010, e mais, somente em 2009 foram oferecidos 279 cursos à distância. No período 2012-2013, a matrícula cresceu 3,9% nos cursos presenciais e 3,6% nos cursos a distância. Os cursos a distância já contam com uma participação superior a 86% na rede privada do ensino superior conforme aponta a Figura 3.



Figura 3 -Distribuição da matrícula nos cursos a distância por categoria administrativa e organização acadêmica da instituição e grau acadêmico do curso – Brasil 2013
Fonte: MEC/Inep (2014)

O Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004 pelo Governo Federal e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e

sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior (SISPROUNI,2012).Os Universitários beneficiados pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) já somam 31% do total das matrículas no sistema privado de ensino superior. O percentual representa 1,66 milhão de alunos de um total de 5,34 milhões fazendo cursos presenciais em instituições particulares em 2013, de acordo com levantamento do Ministério da Educação (MEC). Em 2010, a participação das duas políticas públicas sobre o total de vagas era de apenas 11%, três vezes menor que a proporção atual.

No que tange aos docentes em atividade segundo dados do INEP, o quadro geral de titulação dos docentes no sistema apresenta um predomínio de titulação de doutorado nas instituições públicas (53,2%), enquanto no ensino superior privado há predomínio de titulação de mestrado (47,1%), seguido pela titulação até especialização (34,7%) conforme apontam as Figura 4.

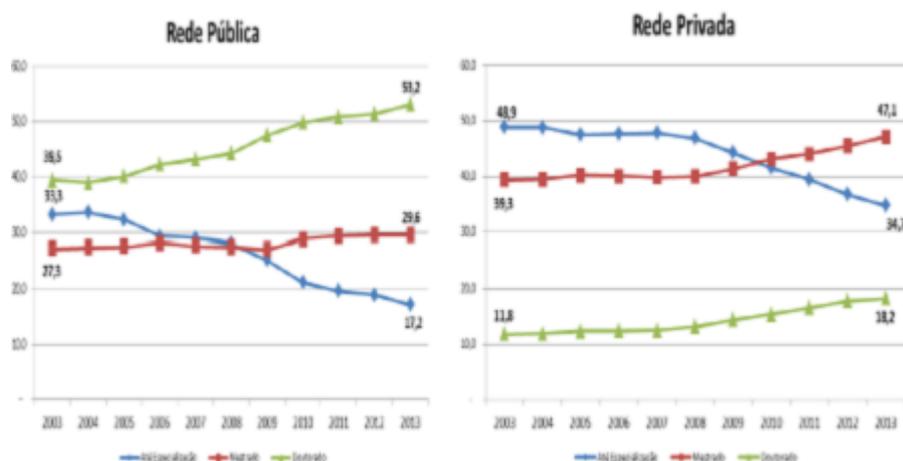


Figura 4 – Distribuição dos docentes em exercício na educação superior de graduação por grau de formação – Rede Privada (D) e Rede Pública(E) – Brasil 2013

Fonte: MEC/Inep (2014)

5 CONSIDERAÇÕES

O pensamento utilitarista que vem orientando as ações educacionais parece ter sido influenciado pela relação custo/benefício aplicada às mercadorias, sendo mais um sintoma da reificação do trabalhador e do processo reducionista da força de trabalho a uma mercadoria.

Sendo assim, a abordagem da educação, seja propedêutica ou técnica-profissional teria migrado de um viés liberal de caráter profilático para um liberalismo tecnicista de caráter utilitarista. A forma como é construída a educação profissional teria conduzido esta separação entre ensino propedêutico e profissional apoiada numa suposta natureza humana capaz de justificar este tratamento.

A dualidade pedagógica citada foi elaborada a partir de um saber essencialista, ou ainda melhor, foi resultado deste processo histórico inclusivo social aplicado à educação. A escola ideal, democrática e pública no entanto, coloca em questão a homogeneização e a estandardização da mercoescola.

Este modelo de mercoescola, é um processo cuja diversificação e flexibilização do sistema educacional se deu a partir da década de 90, criando um mercado extremamente atraente para a iniciativa privada que se acentuou no campo da educação superior. Atualmente a educação que é vista como mercadoria e portanto vulnerável a liberalização do capital estrangeiro, também é vista como um negócio atraente na busca da maximização de lucros do capital, e sendo assim, as redes de ensino encontram na abertura de capital na bolsa e na participação crescente do investimento internacional, o modelo de consolidação necessário para esta proposta.

Para assegurar o sucesso desta empreitada, a concepção de universidade dos grandes grupos educacionais assenta-se no foco da gestão por resultados, cuja atuação em consonância com as políticas capitalistas neoliberais visa à intensificação do trabalho frente à racionalização dos custos. Nessa perspectiva, alunos são vistos como clientes e os professores como meros operários.

Já a qualidade da educação tem sido analisada em suas dimensões quantitativas, baseadas nos princípios de eficácia e eficiência, impelindo mudanças substanciais no próprio setor privado e motivando novas questões para se somar às velhas no debate sobre o ensino superior no País. Estas velhas questões citadas ainda se inscrevem na perspectiva da dualidade público e privado e conspira na qualidade dos cursos oferecidos, às condições de trabalho docente dentre outras lacunas não preenchidas pelo setor privado em sua comparação com o setor público.

No campo estatístico, o ensino superior brasileiro que apresentou taxas significativas de crescimento na última década, precisou do desenvolvimento industrial brasileiro para sustentar o aumento da oferta de vagas. Entretanto, este crescimento vem apresentando sinais de

esgotamento, ocorrendo uma ociosidade no sistema que se manifesta nas vagas não preenchidas nos processos seletivos. Especificamente em relação ao setor privado, cujo ano de 2009 foram oferecidas 2.770.797 vagas nos processos de seleção de alunos, apenas 1.157.057 foram ocupadas, isto é, 41,8% foram preenchidas confirmando uma enorme capacidade ociosa.

É importante lembrar contudo, que IES privada invariavelmente apresenta maior agilidade na execução das políticas públicas, com destaque para o Ensino a Distância (EAD), cujo esforço na aplicação de seus investimentos está concentrado na localização das unidades de ensino perto da residência dos alunos, facilidades de ingresso, e ampliação dos cursos superiores na modalidade tecnologia e sequencial.

Muito embora exista esta ociosidade nas instituições privadas, foi a falta de investimento estrutural em escolas públicas que proporcionou uma solução via PROUNI, mais rápido e conveniente nas relações de Estado e iniciativa privada. Esta que é considerada uma das políticas públicas mais importante da última década, teve um papel fundamental de ajustar a demanda e a oferta, uma vez que há indícios de que a renda é um dos grandes problemas do preenchimento das vagas e da taxa de sucesso. Assim sendo, as políticas de expansão de vagas no setor público, sobretudo com a interiorização de Instituições de Ensino Superior (IES), e a concessão de bolsas de estudo e a facilidade de crédito para os alunos matriculados no setor privado são mecanismos de ajuste a fim de que mais brasileiros possam cursar e concluir a graduação. Cabe destacar também a importância do REUNI, como um programa de modernização das IES federais e, sobretudo, de expansão do ensino superior brasileiro.

Por fim, as redes de ensino que estão ainda em um processo crescente de fusões e aquisições institucionais, adquiriram uma posição altamente privilegiada e impõem um ritmo de intensificação do trabalho docente. Nesse cenário, os docentes se veem obrigados a conviver diariamente com a insegurança em relação à demissão, a possível substituição por outro docente a qualquer momento e a lidar com jornadas de trabalho ampliadas diante da quantidade de alunos em sala de aula. Além dessa questão, o Estado precisa se posicionar e adotar uma política educacional que supervisione a inserção massiva do capital estrangeiro no setor. A educação, uma das principais estratégias para o desenvolvimento do país, não pode ficar esperando medidas do legislativo ou executivo para seguir seu dever de construir uma nova sociedade.

6 REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. **O fim da história: de HegeI à Fukuyama**. Rio de Janeiro: Editora Zahar,1992.
- AZEVEDO, J.C. **Reconversão cultural da escola: mercoescola e escola cidadã**. Porto Alegre: Sulina,2007
- BRASIL. Câmara Federal. Projeto de Lei nº 2.138, de 02 de outubro de 2003. **Proíbe o capital estrangeiro nas Instituições Educacionais Brasileiras**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=136038>>. Acesso
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. SP: Xamã. 1996.
- COSTA, R. **Sinal amarelo para as universidades particulares**. 30 mar. 2012. Disponível em:<http://www.istoe.com.br/reportagens/196908_SINAL+AMARELO+PARA+AS+UNIVERSIDADES+PARTICULARES>. Acesso em: 13 ago. 2013.
- DÁVILA, J. **Diploma de Brancura: Política social e racial no Brasil- 1917 -1945**. Tradução Claudia Sant'ana Martins.São Paulo: Editora UNESP,2006.
- DELUIZ, N. **Formação do trabalhador: produtividade e cidadania**. Rio de Janeiro: Shape Ed., 1995.
- FIORI, J. L. **De volta à questão da riqueza de algumas nações** in J.L Fiori (org), Estados e moedas no desenvolvimento das nações, Editora Vozes, Petrópolis.1999
- FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 2000.
- IANNI, O. **O mundo do trabalho**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 8, n.1, jan./mar. 1994,p. 2-12.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior Graduação**. Brasília, DF: 2014. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 30 maio 2015.
- KUENZER, A.Z. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez,1997.
- LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

LEHER, R. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para "alívio" da pobreza.** Tese de Doutorado, USP, 1998.

MOURA, D.H. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: Dualidade histórica e perspectivas de integração.** In HOLOS - Revista eletrônica do CEFET-RN. Natal: Ano XXIII, Vol. 2. 2007,p.4-30.

SEPÚLVEDA, J.A.M. **O Público e o Privado na primeira LDB: A relação entre San Tiago Dantas e Anísio Teixeira.** In História e Educação (on line) – Porto Alegre.Vol. 17,n.41.Setembro, 2013,p.195-211.

SISPROUNI. **Bolsas ofertadas por ano.** Brasília, Brasília:2012. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_ano.pdf>. Acesso em 05/10/2014.

SOUZA SANTOS, B(org.). **A Globalização e as Ciências Sociais.** São Paulo: Ed. Cortez, 3ª edição, 2005.

VILLAR, J.L.M. **O Utilitarismo e a Educação Profissional no Brasil. Por uma abordagem filosófica da História da Educação Profissional.** Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. Número 19: nov/2012-abr/2013, p. 120-13.